

“A COMPRA”: intervenção cultural e moralidades em construção

Monique Florencio Aguiar¹

RESUMO

A apropriação da linguagem técnica, por parte dos beneficiários de programas públicos, é algo pouco apreciado na literatura que analisa o processo de implantação de tais programas. Nesse sentido, proponho analisar o uso do termo “compra”, inculcado por técnicos estatais e suas atuações na propagação de princípios. Dessa forma, analiso como a intervenção cultural é capaz de alterar representações vigentes e criar novas possibilidades de interação.

Palavras-chave: Linguagem Técnica. Programas Públicos. Intervenção Cultural.

“THE PURCHASE”: CULTURAL INTERVENTION AND MORALS UNDER CONSTRUCTION

271

ABSTRACT

The appropriation of technical language by the public program beneficiaries is something unappreciated in the literature that analyzes the process of implementation of such programs. In this regard, I propose to analyze the use of the term “purchase” inculcated by State technicians and their performances in the propagation of principles. Thus, it analyzes how the cultural intervention can alter existing representations and create new possibilities for interaction.

1 Doutorado e Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Pós-doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e autora do livro *A Mediação a favor do Estado: disputas entre mediadores políticos pela aproximação com agentes estatais*. Email: monique_aguiar@yahoo.com.br

Key-words: Technical Language. Public Programs. Cultural Intervention.

“LA COMPRA”: intervención cultural y moral en construcción

RESUMEN

La apropiación del lenguaje técnico por parte de los beneficiarios de los programas públicos es algo poco apreciado en la literatura que analiza el proceso de implementación de dichos programas. En este sentido, propongo analizar el uso del término “compra”, inculcado por técnicos estatales y sus acciones en la propagación de principios. De esta manera, analizo cómo la intervención cultural es capaz de cambiar las representaciones existentes y crear nuevas posibilidades de interacción.

272

Palabras clave: lenguaje técnico. Programas públicos Intervención cultural.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisarei um aspecto da mediação realizada por técnicos vinculados ao *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA), que faz parte de um programa mais abrangente chamado Fome Zero. A implantação do PAA, aqui analisado, deu-se no município de Itálva, região noroeste do estado do Rio de Janeiro. E, o aspecto a ser analisado diz respeito à divulgação de uma gramática formulada no âmbito da criação dos princípios do Programa Público. Assim, procurarei perceber como os mediadores técnicos, *aproximando-se* dos envolvidos na implementação do PAA no local, faziam o “Estado presente” por meio da adoção e introjeção de uma linguagem específica. A demonstração, ao longo do texto, tem o propósito de fazer perceber como esta linguagem foi apropriada, reelaborada e ressignificada pelos representantes de instituições e demais

beneficiários do programa. Para analisar esta linguagem, destaco o uso do termo "compra", introjetado pelos técnicos, e a própria atuação deste mediador técnico.

A implementação de programas vinculados a políticas públicas foi interpretada, na antiga literatura relacionada, como uma forma de intervenção social. Contudo, objetivo interpretar a atuação relacionada à implementação de programas públicos enxergando-a para além de uma intervenção estrutural capaz de modificar as relações sociais e as relações entre os beneficiários e os bens tangíveis. Interessa-me compreender a implementação do programa como uma intervenção que busca alterar as representações vigentes, o que ocasiona a construção de narrativas pré-determinadas, ainda que adquiram significados próprios.

Nesse sentido, ao estudar o impacto do programa Fome Zero sobre as instituições locais e as práticas no município de Guaribas, Sorrentino (2011) denominou a intervenção, em parte, como uma "empresa civilizatória". Com tal afirmação, sugeriu que o projeto Fome Zero contribuiu para proporcionar "uma reforma" em seus beneficiários, modificando suas habilidades, atitudes, aspirações e disposições psicológicas. Tal modificação se deu, por exemplo, por meio da realização de workshops em educação cidadã e por atuar paralelamente à expansão da educação pública e dos meios de comunicação de massa. Apesar das resistências às novas ideologias que balizavam o programa, Sorrentino (2011, p. 295) argumentou que, ainda assim, os beneficiários internalizavam alguns princípios dos ideais propagados, o que raramente era formalizado em um corpo unificado de conhecimentos. A afirmação de Sorrentino, de que os ditos *ideais modernos* raramente eram formalizados em um corpo unificado de conhecimentos, pode se relacionar com a dispersão dos elementos que compõem este suposto "ideal moderno" e com a ausência de sistematização dos princípios por parte dos beneficiários.

Em consonância com a ideia de “empresa civilizatória, Neves (2008, p. 9) concebeu que os projetos de *desenvolvimento social* visariam a “construção social de um outro homem”. Tal concepção foi formulada quando a autora pensou as intervenções sobre as vidas dos trabalhadores rurais. Portanto, mencionou que esses projetos envolvem ideias e valores que se pretendem inculcar, investindo na reordenação social e em novos modos de comportamento e percepção (Neves, 2008, p. 34).

Nesse sentido, a partir da apropriação da linguagem técnica, proponho analisar o modo como os envolvidos no PAA concebiam o termo “compra”, utilizado por eles para designar a cesta básica recebida. A “compra” se constituiu em uma importante unidade de significação relacionada às figurações de mediação apreciadas. Ela facilitou a atividade mediadora, contribuindo para criar possibilidades de interação. Antes de analisar este ponto, procurarei explicitar as diretrizes do programa em sua estrutura inicial e em seus princípios.

274

2 ESTRUTURA E ALGUNS PRINCÍPIOS DO PAA

A versão mais propalada sobre a formulação inicial das grandes linhas do projeto Fome Zero demarcou o mês de outubro de 2001 como período no qual foi apresentado à sociedade o “Projeto Fome Zero: uma proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil”, ainda durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) – antecessor de Luis Inácio Lula da Silva, quem instituiu o programa. (Ahlert, 2008, p. 4; Guerra, 2010, p. 17)

Em discurso comum na literatura, as campanhas do projeto “Ação da Cidadania contra a Fome”, coordenadas por Herbert de Souza, iniciaram, na década de 1990, as discussões que originaram o programa Fome Zero. Nesta época, Lula coordenava o Instituto Cidadania junto com José Alberto de Camargo e argumenta-se que foi no âmbito do Instituto Cidadania, após várias reuniões com

representantes de movimentos sociais, que o Projeto Fome Zero foi elaborado. Este projeto serviu como base para a criação do Programa Fome Zero em 2003, quando Lula assumiu o cargo de presidente do país. (Ahlert, 2008, p. 4; Guerra, 2010, p. 17)

Em 2003, Lula tomou posse como presidente e criou o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA). Com esse Ministério visava desenvolver ações para combater a fome. Já em janeiro de 2004, Lula criou o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que acumulou as funções do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar, do Ministério da Assistência Social e da Secretaria Executiva do Programa Bolsa Família (Beto, 2004, p. 6-7). Ao MDS cabia coordenar as políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda da cidadania, bem como articular ações com os governos estaduais, municipais, demais ministérios e com a sociedade civil (Beto, 2004, p. 7).

275

Pelos materiais institucionais, o programa Fome Zero foi definido como um conjunto de políticas públicas criado para combater a fome e suas causas "estruturais".

O Fome Zero é um conjunto de políticas públicas criado para combater a fome e as suas *causas estruturais*, que geram a exclusão social. Em outras palavras, o Fome Zero foi criado para garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros e brasileiras. Segurança Alimentar é mais do que acabar com a fome hoje. Ter segurança alimentar significa garantir que todas as famílias tenham condições de se alimentar dignamente com regularidade, quantidade e qualidade necessárias à manutenção de sua saúde física e mental. (Beto, 2004, p. 4 – grifo meu)

A cidadania foi um termo utilizado como finalidade das ações. Desenvolver a cidadania seria possível, aos formuladores do

programa, por meio de suas “ações estruturais”: “(...) [o programa] contribui para a erradicação da extrema pobreza e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.” (MDS, Cidadania: o principal ingrediente do Fome Zero)

A ênfase do programa na questão estrutural, que atuaria na origem das desigualdades, desencadeou a produção de dissertações que buscavam questionar o ‘real’ alcance desses propósitos. Dissertações intituladas, por exemplo, *O Programa de Aquisição de Alimentos no Âmbito do Programa Fome Zero: emancipação ou compensação?* (Guerra, 2010) e *Programa Fome Zero: ação “estrutural” ou assistencialista, onde estão as portas de saída?* (Cruz, 2010) demonstram, em seus títulos, o dualismo que tem por objetivo questionar o que o programa propõe alcançar. São trabalhos que se aproximam do aspecto propositivo. Nesse sentido, avaliou Yazbek:

Essa disputa apresenta um grande risco: que o Programa permaneça apenas no plano do assistencialismo e do dever moral e humanitário de prestar socorro aos pobres, não se realizando como direito social (e assim não se politizando).

Não se pode esquecer que essa disputa ocorre numa sociedade em que, historicamente, as ações de enfrentamento à pobreza têm se apoiado, na maior parte das vezes, na matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com as classes subalternas. “Essa matriz conservadora, baseada na reciprocidade e em relações de caráter personalizado, permeou o conjunto da vida nacional e, para os segmentos populacionais inclusos nas faixas de renda mais baixas, vem gerando uma condição de ‘prisioneiros de relações de dependência pessoal, da deferência e da lealdade (...)’ (Yazbek, 2004, p. 109 e 112)

Por meio deste trecho, Yazbek concebeu a "cultura política do país" como mergulhada na "matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando". Para o autor, o risco era o de que o programa reproduzisse esta "matriz conservadora", "baseada na reciprocidade e em relações de caráter personalizado". Desse modo, combatia esta matriz e defendia a "política" do programa e sua realização "como um direito social". Tal perspectiva coincidia com os princípios de "cidadania" esboçados nos manuais do Programa Fome Zero. Seriam, portanto, os ideais a serem transmitidos na implementação do projeto.

Assim, o programa foi dividido em suas ações estruturais, específicas e locais (Beto, 2004, p. 4-5). As "políticas estruturais" eram voltadas para as consideradas "causas profundas" da fome e da pobreza. Elas se concretizavam nos seguintes programas ou iniciativas: Bolsa Família, Geração de Emprego e Renda, Previdência Social Universal, Incentivo à Agricultura Familiar, Intensificação da Reforma Agrária, Sede Zero e Segurança e Qualidade dos Alimentos.

277

As "políticas específicas" estavam voltadas para "atender diretamente as famílias carentes no que se refere ao acesso ao alimento". Esse atendimento direto, comportava a Doação de Cestas Básicas, o Combate à Desnutrição Materno-Infantil, Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias, Ampliação da Merenda Escolar, Programa de Distribuição do Leite, Ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador, Bancos de Alimentos, Manutenção de Estoques de Segurança, Educação para o Consumo e Educação Alimentar e Nutricional, bem como Segurança e Qualidade dos Alimentos.

Por fim, as "políticas locais" se referiam às ações que seriam "implantadas por prefeituras e pela sociedade civil" de cada município. Nas áreas rurais foi cogitado o "apoio à agricultura familiar e à produção para consumo próprio". Nas pequenas e

médias cidades, cogitou-se a instalação de Bancos de Alimentos, parceria com varejistas para a doação de alimentos, criação de feiras de produtores, a modernização dos equipamentos de abastecimento e a promoção da agricultura urbana. Para as cidades consideradas grandes, foi pensada a instalação de restaurantes populares, além dos bancos de alimentos, as parcerias com varejistas e da modernização dos equipamentos de abastecimento.

Na Cartilha do Fome Zero ressaltava-se que todas essas iniciativas (estruturais, específicas e locais) não esgotariam o Programa, pois ele abarcaria “toda iniciativa que visa reduzir a desigualdade social, a desnutrição e, inclusive, o desemprego”. Considerando o que foi explicitado anteriormente, o PAA é uma ação dita estrutural que compõe o Fome Zero. Segundo o Livreto do Fome Zero (MDS, s./d., p. 13), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar:

Incentiva a produção de alimentos pela agricultura familiar, permitindo a compra, a formação de estoques e a distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. Os produtos também são distribuídos na merenda escolar de crianças, em hospitais e entidades beneficentes.

278

O PAA existia, segundo Guerra (2010, p. 21), em quatro modalidades: compra direta da agricultura familiar, formação de estoques pela agricultura familiar, compra para doação simultânea e incentivo à produção e consumo do leite. Em Italva, a modalidade desempenhada pela Associação de Produtores que geria o PAA no local era a *compra para doação simultânea*.

Inicialmente, o aparato montado no município buscou atender às exigências de formato para existir enquanto programa vinculado ao Fome Zero. Exigia-se a formação de uma estrutura que englobava 7 (sete) engrenagens: um Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), um Comitê Fome Zero, um Conselho

Operativo do Fome Zero (COPO), um Programa de Ação Todos pela Fome (PRATO), Agente de Segurança Alimentar e Nutricional (SAL), uma Equipe de Capacitação para Educação Cidadã (TALHER) e um Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD). Para essa estrutura funcionar, era preciso a participação de uma série de técnicos ligados aos governos, voluntários e demais "representantes da sociedade civil".

No período em que estive pesquisando em Itálva, no segundo semestre de 2011, percebi que as entidades que foram estruturadas não funcionavam mais, o contato se dava diretamente entre funcionários da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento ligada ao Ministério da Agricultura) e representantes da Associação de Produtores.

Isso acontecia por conta de mudanças ocorridas nas relações entre os indivíduos que dinamizavam o programa, quando alguns entram e outros saem, e também por conta de exigências e fiscalizações menos rígidas por parte dos órgãos vinculados ao governo federal. O mecanismo era mais simples, como já visto. A Associação era proponente do projeto e recebia dinheiro do MDS e MDA para comprar a produção dos produtores rurais (previamente discriminados em projeto). Toda a produção era encaminhada ao espaço físico da Associação, que distribuía a quantidade de alimentos pré-determinada às instituições locais. Essas, por sua vez, separavam as quantidades para cada núcleo familiar, compondo cestas básicas, e distribuía às famílias, que formavam filas em frente à instituição ou à residência do representante institucional.

O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei 10.693/2003. Os recursos para o seu desenvolvimento provém do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2014) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). A aquisição de alimentos de

agricultores familiares é realizada com isenção de licitação e propõe preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Atualmente, o Grupo Gestor define as diretrizes do Programa. Este Grupo é coordenado por membros do MDS e composto por membros do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Fazenda (MF) e Ministério da Educação (MEC).²

3 “PARTIR AS COMPRAS”

A separação dos alimentos entre as instituições e, conseqüentemente, entre os beneficiários, era expressa pela maioria dos moradores envolvidos como o período de “partir as compras”.

Havia duas senhoras, quando cheguei à casa de X., esperando para pegar a “compra” (como a senhora disse que chama). A esposa de X. avisou que “vai partir” amanhã, mesmo tendo chegado hoje. (Diário de Campo)

280

Podemos compreender o termo “partir” como uma forma contraída de repartir, indicando dividir, distribuir, compartilhar. Logo, é possível relacionar com uma espécie de partilha: “compra o produto do homem do campo, no campo, e *distribui*” (registro de fala da coordenadora local do programa durante reunião).

Já o termo “compra” era consagrado para se referir ao conjunto de alimentos distribuídos. Assim, as pessoas se dirigiam às instituições para pegar “as compras”. Existia também a “compra-parceria”. Em função do “corte” no número de bolsas de compra recebidas por instituição, haveria que eliminar algumas pessoas beneficiárias do programa. Porém, para não ter que excluir ninguém, alguns

2 Link atual vinculado ao Ministério da Cidadania: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>

representantes de instituições criaram a "compra-parceria". Essa compra consistia em distribuir a bolsa para uma família em um mês e no outro mês para outra família. Desse modo, cada família ficava com uma compra por dois meses. Inicialmente, expressava-me utilizando o termo cesta, relacionada à cesta básica. Rapidamente notei que as pessoas começavam a usar esta palavra enquanto conversavam comigo, induzidas pelo meu vocabulário. Tentei, assim, evitar usar tal palavra, mesmo que diversas vezes não conseguisse. Uma senhora enfatizou para mim: "Não é uma cesta básica, é uma bolsa de alimentos, é frisado isso".

O termo "bolsa" também era corrente e complementava o termo "compra". Apesar de encontrar uma senhora que confundia o PAA-Fome Zero chamando-o de bolsa família, a palavra bolsa era simplesmente uma forma de quantificar os alimentos recebidos, calculando-o por pessoa ou família e, portanto, redistribuindo.

Recebiam 40 bolsas, agora passaram a receber 50: "Nisso que tirou, 10 aumentadas não dá pra atender quem estava cadastrado na associação. Divide para não ir sem, a verdura, a abóbora, divide." (Trecho de diário de campo, conversa com representante de instituição)

281

Certo representante de instituição chegou a comentar que no início o programa contabilizava ao todo 1000 bolsas para serem distribuídas. Diante do cálculo da quantidade de bolsas, os representantes de instituições contempladas negociavam o aumento de sua cota.

Querida mais 10 bolsas pro Bananal. X. tentou por Cardoso [município vizinho] e disse que não deu, então ele ia receber 10 por Italva. (Trecho de diário de campo em relação à conversa com representante de instituição-igreja)

O município é "ajudador". Recebia 100 bolsas, agora são 70: "fez muita falta, eu não tinha quem

tirar". (Trecho de diário de campo, conversa com representante de instituição)

A distribuição de alimentos, realizada por intermédio do PAA, incorporava vários sentidos, que discursivamente chegavam a se imiscuir. Os princípios do Programa Fome Zero eram mais ligados à promoção da cidadania de inspiração europeia. Os princípios eram enfatizados por fiscais, que se esforçavam em inculcar determinada lógica nos voluntários institucionais, dos quais se esperava que repercutissem as mensagens educativas. Sobre essa prática de inculcação, podemos lembrar a afirmação de Godbout (1998, p. 40): "O membro da sociedade moderna se vê às voltas com um número impressionante de instâncias, de pessoas, de instituições, de autoridades que tentam lhes dizer quais deviam ser seus valores, suas preferências".

282

Nesse sentido, evidenciavam-se duas lógicas que, pelo uso, chocavam-se em alguns momentos e em outros se complementavam. A lógica do que é "dado", que como dádiva podia gerar dívidas de reciprocidade, e a lógica do que é "comprado" como mercadoria. Assim, nesta sessão, utilizarei autores que trabalharam a temática da reciprocidade, desdobrando os ensinamentos de Marcel Mauss em *Ensaio sobre a Dádiva*.

3.1 "O governo é bom"

O governo que manda, mas os *políticos querem fazer política em cima*. O governo é muito bom. (Frase pronunciada por representante de instituição-associação)

Conforme narrou um dos representantes de instituições, a bondade do governo consistia na intenção de "ajudar todo mundo": (1) "O programa tem *ajudado* muito" (representante de instituição-igreja), (2) "Vai avisar quando a "compra" chega, dá um jeito para quem fica de fora e conversa para conseguir *ajudar* todo mundo" (trecho de

diário de campo, conversa com representante de instituição). Esta "ajuda" do bom governo se relacionava com a valorização do trabalho na área social em oposição à desvalorização da "política". A política, no entanto, podia ter uma face mais degradada moralmente: a "politicagem". Tal atuação podia ser considerada calculista, enquanto o trabalho social estava ligado com a ideia do desinteresse.

Pergunto a ele sobre a importância de montar uma associação em Italva: "Vou dar minha visão, a importância é pra você *trabalhar na área social, ajudar as pessoas*. (...) Também dialoga na política, *não politicagem*, um município pequeno *você depende muito da política*". (Conversa com representante de instituição-associação)

Trabalhar na área social, portanto, é um valor qualificado positivamente, quando não se contamina com a "politicagem", a política concebida como corrompida. A política social evoca as idéias de "ajuda", solidariedade, gratuidade e prazer em servir ao outro. Como disse uma voluntária do programa: "Eu gosto de ajudar, pela convivência, não é pra ganhar bolsa de compra". Assim, o governo considerado bom era o que distribuía desinteressadamente, se afastando de planos políticos. No âmbito político, a luta seria para estar dentro do circuito completo da reciprocidade (dar, receber e retribuir), tornando mais nítida a dimensão agonística, quando a hostilidade e a aliança operam de maneira sempre latente, visando à superioridade hierárquica.

Incorporando esses sentidos, os técnicos da Conab, na função de fiscais quando estavam em Italva, ressaltavam: "Não é um *programa político, é social*". Nesta lógica, que transparece a ideia do governo procurando ajudar, como um bom governo, a sua função de promover os direitos sociais é ressaltada. Mas como disse um dirigente de associação, o direito é algo que pode ser retirado: "cortaram o direito daqui pela falta de documentação". Assim, ao governo caberia 'o dar'

e 'o retirar'. O governo sendo "bom" demonstra sua generosidade e espera-se que seus dons sejam dados gratuitamente, portanto, sem cálculos envolvendo retornos. A generosidade, como um valor social, envolveria a consideração em relação ao outro, quando se pode chegar a trocar essas espécies de bens intangíveis (Sigaud, 2007, p. 148). Desse modo, é capaz de acarretar um endividamento sentimental, quando os dons são compreendidos como dados por amizade, bem querer ou generosidade (Villela, 2004, p. 278-279).

De qualquer forma, é importante ressaltar, conforme escreveu Godbout (1998), a liberdade em retribuir ou não à ajuda do governo. Essa liberdade pode ser regida pelos julgamentos em relação a real gratuidade ao dar: dar pelo prazer de dar ou sem cálculos.³ Segundo esta interpretação, as zonas de incerteza quanto à retribuição funcionam no sentido de aumentar o valor dos laços sociais (Godbout, 1998, p. 45). Sobre o bem recebido como uma dádiva, Caillé (1998) argumentou que não se deve conceber o circuito do dom como uma troca, mas justamente fragmentando os momentos de dar, receber e retribuir, reafirmando a ênfase dada por Mauss. Essa fragmentação torna cada momento da troca incerto e passível de julgamentos quanto ao merecimento (Caillé, 1998, p. 29).⁴ Isso relativiza o fato de as dádivas originarem a escravidão por dívida, conforme demonstrou Mauss (2003, p 250), ao se pautar por dados de sociedades do noroeste americano: "A sanção da obrigação de retribuir é a escravidão por dívida. (...) O indivíduo que não pôde

284

3 O autor enfatizou que "a retribuição não é o objetivo", "a dádiva não é um meio", existe o "prazer da dádiva", "o dever não se aplica à dádiva" e "quem dá torna a retribuição incerta, [deixando] o outro livre para dar por sua vez" (Godbout, 1998, p. 44-45).

4 Cabe ainda lembrar Pierre Clastres (1990) no texto "Troca e Poder", quando afirmou que o povo coloca o chefe fora do circuito da reciprocidade, transformando os elementos em não trocáveis, como uma forma de anular um poder de coerção (1990:31, 32, 34). Tal prática retirava a reciprocidade ou a obrigação em retribuir, o que fazia com que as dádivas ou doações não ocasionassem gratidões ou sentimento de endividamento em relação ao outro.

retribuir o empréstimo ou potlatch é desqualificado e perde mesmo a condição de homem livre”.

A lógica do governo como bom comportaria o sentido da gratidão. Mas, segundo as teorias vistas, o retorno em forma de apoio político pelo bem recebido não é certo, pois a cada momento a real generosidade é julgada pelos beneficiários. Estes podem, inclusive, escolher apoiar outro doador, não completando o circuito da troca com o primeiro.

3.2 “É uma compra do Estado”

O governo libera o valor, fica em depósito, não sei se é para as 12 compras. A Conab libera o dinheiro no banco. (Representante de instituição)

P. enfatizava para as pessoas que tinham que exigir qualidade porque era uma compra do Estado. Esclarece que é uma “compra do governo, não é dado”. (Registro de fala de fiscal da Conab)

285

P., autor da primeira citação desta sub-sessão, era um técnico da Conab, ao qual os envolvidos com o PAA no local chamavam de “fiscal”. Assim, o que esses técnicos enfatizavam, ao visitar o local e exercitar sua função de educador, era a qualidade do alimento ser “comprado”: “Ela [a Associação] tem obrigação de trocar, é uma “compra”, *foi comprado*” (fala de fiscal da Conab). Ao ensinar esta lógica, o termo “compra” se difundiu alcançando as bocas dos representantes de instituições beneficiárias e, conseqüentemente, dos beneficiários: “Só fiscalizam os alimentos, com razão, *pagam* por isso, tem que vir boa” (representante de instituição). Essa linguagem se consagrou localmente e o que ela destacava eram os alimentos como mercadorias. Nesse sentido, uma representante de instituição afirmou: “Se estiver estragado, pede pra substituir, ‘cobro’ ‘digo que não assino nota’. ‘O governo *está pagando* para ter *mercadoria*’.”

Devemos considerar a ênfase de Godbout (1998, p. 41) quando afirmou que o “modelo mercante visa à ausência de dívida, cada troca é completa, pela lei da equivalência, sem sistema de obrigações, sem futuro”. Nesse sentido, agir pela lei da equivalência nos liberaria das relações sociais indesejadas, sem nos impedir de obter o que desejamos do outro, mas sem nos envolver numa relação de longo prazo com ele (Godbout, 1998, p. 40).

O programa não é de graça, é tudo comprado, tem que fiscalizar, ver que o produto está bom. Falo sempre que é comprado. (...) Se vem verba para comprar coisa boa, tem que vir coisa boa. (...) Não adianta falar com a vizinha, enquanto tiver a ideia que é do governo... se souber usar é perfeito. Tem que fiscalizar. (Representante de instituição)

286

Quando a presidente da instituição mencionou negativamente que “enquanto tiver a idéia que é do governo..”, referia-se ao governo como bom e generoso, este que ao dar algo, demandaria uma gratidão e, assim, endividaria os beneficiários, pela ausência de retribuição compatível. Distanciando-se desta esfera e, conseqüentemente, buscando diminuir o peso da obrigação, a inculcação da idéia da concessão dos alimentos como uma “compra” a associava ao circuito mercadológico.

Com a vontade de distanciar a distribuição de alimentos de algo que “é dado”, os técnicos buscavam desqualificar a pessoalização que vigora no que se compreende como uma prática clientelar. Relembro a definição corrente de clientelismo: ação de prestar serviços e benefícios de vários tipos (proteção, assistência pessoal etc.), entendidos como favores, em troca de voto e apoio político, em uma relação de assimetria social (Ottmann, 2006; Auyero, 2005; Carvalho, 1997; Cunha, 2006; Landé, 1977; Hall, 1977). Dá-se um rechaço em relação à ideia de algo dado, como um favor, que reclama retribuição. Consoante a isso, a lógica que se persegue nos princípios

de programas públicos são os idealizados tendo como modelo a experiência europeia ou norte-americana, onde se evita a dívida com alguém, buscando manter a "independência" ao impessoalizar a relação.

Assim, é oportuno lembrar as menções de Neves (2008) relacionadas ao papel do mediador técnico. Os mediadores buscam estabelecer relações entre os universos de significação, e os que exercem a assistência técnica procuram integrar os representados no domínio de outras categorias de linguagem. Imbuem-se de uma missão pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo. Portanto, os técnicos se envolvem com a produção de "um corpo de conhecimento articulado à reordenação de princípios éticos e morais referenciados às concepções de cidadania" (Neves, 2008, p. 9). Nesse sentido, usavam a ideia de mercadoria e "compra" como uma linguagem direcionada a esforços pedagógicos em relação à população beneficiária, foco da intervenção.

287

3.3 "Compra direta com doação simultânea"

Compra da agricultura familiar com doação simultânea. (Nome da vertente do programa.)

Apesar de ser reconhecida como uma "compra", no plano do discurso local, a "compra" pode, ao mesmo tempo, ser compreendida como "dada": (1) "*Deu as bolsas de compra* para X. e Y." (registro em diário de campo), (2) "A juíza disse que se souber que Z. está *dando "bolsas"* para instituições que não são legalizadas vai embarrear" (representante de instituição). Se no local existe uma determinada "cultura política" (Yazbek, 2004) fincada na expectativa de concessões do governo e os "fiscais" do programa tentam impor uma lógica mercadológica relacionada à impessoalidade ou à equivalência, a imbricação das representações é facilmente notada.

Os técnicos investem na inculcação de uma lógica quando o cotidiano é predominantemente regido por outra. A ausência de conhecimento das regras e conceitos do programa levava a maior confusão das lógicas. Assim, a clareza das noções disseminadas pelos técnicos diminuía, dependendo do nível de participação dos envolvidos: coordenadores locais, representantes de instituições e famílias beneficiárias.

O próprio nome do programa ressalta uma compra e uma doação: compra-se do produtor, mas se doa aos beneficiários. Assim, as lógicas vigentes em cada universo de significados estão sempre se misturando, jamais se apresentam em forma pura. Consequentemente, as “compras” podem ser “dadas”. Não são compradas pelo beneficiário e sim pelo governo, que pode ser interpretado como tendo obrigação em função de ter que garantir os direitos sociais e servir o povo, ou interpretado como “bom” e “generoso”, desenvolvendo a gratidão para consigo.

288

Quem “pedir” a “compra” espera a vaga, fala que fulano tem condições e [a]panha. (Representante de instituição)

Se ele não gosta da pessoa, ele não dá bolsa de compra. Não tem diretoria, fica centrado na pessoa. (Representante de instituição)

A “compra” é ‘pedida’, candidata-se a recebê-la e o representante institucional escolhe o beneficiário. Portanto, num município com poucos recursos em geral, pode ser importante não criar conflitos com vizinhos, pois se o concedente “não gosta da pessoa, ele não dá bolsa de compra”. Por isso, relembro a menção de um líder institucional: “um município pequeno *you depende muito da política*”. Apesar de ser protestado como uma compra, que reclama equivalência, a lógica do mercado caminha junto com a ação de dar. Sigaud (2007, p. 149) afirmou que não faz sentido opor o mundo dos dons ao das mercadorias. E é desse modo, misturando lógicas,

que os beneficiários concebem as equivalências que os princípios do programa de governo guardam e os fiscais tentam inculcar. De modo semelhante, Villela (2004, p. 276-277) enfatizou o entrelace entre os sistemas de dom e mercadoria, acrescentando que o dinheiro pode ser desmercantilizado e o favor mercantilizado.

Nesse híbrido, a mediação se destaca como um espaço de comunicação, como mencionou Neves (2008, p. 18): "com potencial para constituir uma comunidade de argumentação, visando a graus mais ou menos satisfatórios de "fusão de horizontes"". Quando os sentidos são apenas levemente reconhecidos, os mediadores se tornam mais atuantes, gerindo as contradições entre "as aspirações por vezes messiânicas e a realidade de sua prática" (Neves, 2008, p. 36). Há menos separação e homogeneidade de lógicas na convivência das pessoas.

4 PRODUÇÃO E MUDANÇAS DE QUADROS IDEOLÓGICOS

289

O lento processo de inculcação de sentidos que os técnicos buscam tornar predominantes, contribuiu para modificar a retórica dos beneficiários e quiçá afrouxar alguns laços sociais que ocasionam a dependência social e política. Mencionando novamente Neves (2008): as políticas públicas visam reordenar o mundo produzindo novos saberes. Mas a maneira como os saberes são apropriados podem provocar novos sentidos, demonstrando que os sentidos estão sempre abertos para se modificarem. Crespi (1997), por exemplo, buscou explicar as alterações sociais levando em consideração a mudança dos significados dos fenômenos na mente dos agentes. Entender que os alimentos não eram "dados", mas "comprados", pode intensificar o papel fiscalizador dos envolvidos nas ações do programa.

Assim, considero a perspectiva apontada por Neves (1995, p. 61) de que é possível romper com a ordem instituída por uma

desnaturalização de noções e valores que regulavam o sistema e a vivência anteriores. A linguagem instituída para se referir à distribuição de alimentos, “a compra”, pode ter trazido um sentido novo que não era vivenciado, iniciando processos de desnaturalização de um modo de ver e viver sob o amparo das doações. Os ideais, elaborados durante a formulação de políticas públicas, fazem parte de um universo permeado por ideologias rotuladas como individualistas, que se relacionam com a noção de cidadania, tão presente nos manuais do Programa Fome Zero. Como afirmou Da Matta (1985, p. 55): “O conceito de *cidadania* implica, de um lado, a idéia fundamental de indivíduo (e a ideologia do individualismo), e, de outro, regras universais (um sistema de leis que vale para todos em todo e qualquer espaço social)”.

290

José Murilo de Carvalho (2002) se propôs analisar o tipo de cidadania que vivenciamos no Brasil. O autor se baseou na distinção entre as várias dimensões da cidadania sugerida por Marshall, que compreendia os direitos civis (liberdade individual), os direitos políticos (participação no governo) e os direitos sociais (participação na riqueza do país). Assim, Carvalho afirmou que Marshall classificou o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra como um processo lento, onde primeiro se desenvolveram os direitos civis, no século XVIII, depois os direitos políticos no século XIX, e finalmente os direitos sociais conquistados no século XX (Carvalho, 2002:10). Consequentemente, Carvalho considerou que, na Inglaterra, o processo de difusão dos direitos se deveu à ação dos próprios cidadãos (Carvalho, 2002, p. 12) e, assim, o auxílio do Estado era visto como uma restrição à liberdade individual do beneficiado “e como tal lhe retirava a condição de independência requerida de quem deveria ter o direito de voto” (Carvalho, 2002, p. 220). Comparativamente, no Brasil, Carvalho considerou que a maior ênfase está nos direitos sociais, que precederam, cronologicamente, os demais direitos. Aos

direitos sociais seguiram-se os direitos políticos e, após, os direitos civis.

Assim, para o autor, o processo de difusão dos direitos no Brasil se deu a partir da ação estatal (Carvalho, 2002, p. 12), desenvolvendo uma cultura orientada mais para o Estado do que para a representação a que o autor chamou de "estadania", em contraste com cidadania (Carvalho, 2002, p. 221). Nesse sentido, a noção de Estado concentrou uma carga que se assemelha ao amparo tutelar, que se distingue da noção de autonomia. Com este Estado intervindo em demasiado na obtenção dos direitos, é que podemos apreciar os ensinamentos técnicos sobre o termo "compra" e seus sentidos mesclados às compreensões e vivências locais. Por meio de artifícios de argumentação, o Estado não é visto, ao prestar auxílios ou conceder benefícios, como aquele que restringe a liberdade ou autonomia individual. De outro modo, o Estado, quando não compreendido como operando uma troca calculista ao doar, é entendido como aquele que amplia o universo de possibilidades para que os beneficiários melhorem as condições de suas vidas.

291

Sobretudo, valoriza-se o fato de a "mercadoria" estar sendo paga pelo Estado. Ao passo em que o beneficiário não pode pagar por ela, pode ser desvalorizado em sua própria visão, ao mesmo tempo em que atua como defensor do Estado ao fiscalizar a "compra" em favor dele próprio. Com a interpretação dos agentes estatais, mesmo sem ter a intenção, o Estado é empoderado: ele é *bom* e *paga* pelas mercadorias. Contrariamente, a prática dos mediadores locais é recriminada, pois estão visivelmente imersos no uso político das "compras" tão combatido no nível do discurso. O novo conjunto ideológico cria a possibilidade de argumentar e, assim, combater e instabilizar as posições dos mediadores locais. Como fiscal do governo, os beneficiários fortalecem a ação de exigir, na intenção de

combater qualquer submissão ou gratidão em relação aos doadores locais.

Se trazendo o discurso da “mercadoria” se espera quitar a dívida do recebedor com o doador, pressupondo equivalência, podemos entender essa lógica como um *fetichismo da mercadoria*⁵, pois revela uma contradição. A liberdade em relação às coerções das teias de dominação locais não é fácil de efetivar na prática cotidiana da maioria dos moradores, pois a submissão existe nas relações pela necessidade de reprodução da própria existência, com alimentos, roupas e moradia. Ao atuar na mente do beneficiário, por meio do estabelecimento de uma socialização e de um sentido, em certa medida, os discursos pedagógicos formulados pelos que elaboram os conceitos do Programa falseiam as relações de poder.

REFERÊNCIAS

- 292 AHLERT, Martina. **Mulheres de Monte Verde**: Etnografia, subalternidade e política na relação de um grupo popular de Porto Alegre e o Programa Fome Zero. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008.
- AUYERO, Javier. **La Política de Los Pobres**. Buenos Aires: Manatí, 2005.
- BETO, Frei. República Federativa do Brasil. **Cartilha da Mobilização Social do Fome Zero**. 2004.
- CAILLÉ, Alain. Nem holismo, nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, 1998.

5 Karl Marx cunhou o termo fetichismo da mercadoria para denotar o poder quase divino e sobrenatural que foi atribuído a ela pelos homens, que passaram a adorar as mercadorias, desconsiderando seu valor de uso e de produto do trabalho humano, imbuindo-as de um valor simbólico.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução; Conclusão. In: **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, nº 2, 1997.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CRESPI, Franco. **Acontecimento y estructura. Por una teoría Del cambio social**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1997.

CRUZ, Ivana Carla Barros da. **O Programa Fome Zero: ação "estrutural" ou assistencialista, onde estão as portas de saída?** 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, Clientelismo, e Redes Clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. **História**, São Paulo, v. 25, nº 1, p. 226-247, 2006.

293

DA MATTA, Roberto. Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional. In: **A Casa & a Rua**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GODBOUT, Jacques. Introdução à dádiva. **RBCS**, volume 13, n. 38, 1998.

GUERRA, Janaína da Silva. **O Programa de Aquisição de Alimentos no âmbito do Programa Fome Zero: emancipação ou compensação?** 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2010.

HALL, Anthony. Patron-Client Relation: Concepts and Terms. In: Steffen W. Schmidt, Laura Guasti, Carl H. Landé and James C. Scott (orgs.). **Friends, Followers, and Factions – a reader in political clientelism**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1977.

LANDÉ, Carl H. Introduction. In: Steffen W. Schmidt, Laura Guasti, Carl H. Landé and James C. Scott (orgs.). **Friends, Followers, and Factions – a reader in political clientelism**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1977.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: **Antropologia e Sociologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**. Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Cidadania: o principal ingrediente do Fome Zero**. Livreto, s./d.

NEVES, Delma Pessanha. Mudança Social: exorcizando fantasmas. **Antropolítica** n. 1. Niterói: Eduff, 1995.

294 NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre: Ed da Universidade do Rio Grande do Sul, 2008.

OTTMANN, Goetz. Cidadania Mediada – processos de democratização da política municipal no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 74, 2006.

SIGAUD, Ligia. “Se eu Soubesse”: os dons, as dívidas e suas equivalências. **Ruris**, v. 1, nº 2, 2007.

SORRENTINO, Marcello. **Development in the Mountains of Confusion: Guaribas under the Zero-Hunger Programme**. 2011. Tese (Doutorado) – London School of Economics and Political Science, London, 2011.

VILLELA, Jorge Mattar. O Dinheiro e suas Diversas Faces nas Eleições Municipais em Pernambuco. **Mana**, 11(1), p. 267-296, 2004.

"A Compra": intervenção cultural
e moralidades em construção

YASBEK, Maria Carmelita. "O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais Brasileiras". **São Paulo em Perspectiva**, 18(2), p. 104-112, 2004.